



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 18/2025 – Do Executivo - Altera o caput do Art. 10; acrescenta o inciso III ao Art. 3º; regulamenta o Controle Interno no âmbito do IPSJBV; em relação à Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017.

Em atenção ao referido documento, por ser legal e constitucional, somos de parecer favorável à apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 18/2025 pelo Plenário.

PARECER PELA LEGALIDADE

Plenário Dr. Durval Nicolau, 18 de março de 2025.

RUI NOVA ONÇA

TOMÉ

LUIZ PARAKI



Câmara Municipal

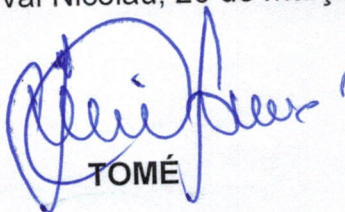
COMISSÃO DE ASSUNTOS RELATIVOS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Projeto de Lei Complementar nº 18/2025 – Do Executivo - Altera o caput do Art. 10; acrescenta o inciso III ao Art. 3º; regulamenta o Controle Interno no âmbito do IPSJBV; em relação à Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017.

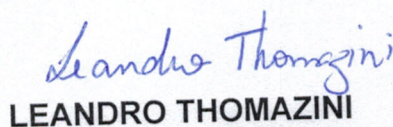
Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 18/2025 pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL

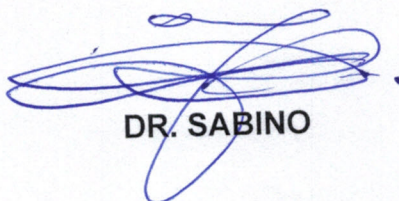
Plenário Dr. Durval Nicolau, 20 de março de 2025.



TOMÉ



LEANDRO THOMAZINI



DR. SABINO



Câmara Municipal

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei Complementar nº 18/2025 – Do Executivo - Altera o caput do Art. 10; acrescenta o inciso III ao Art. 3º; regulamenta o Controle Interno no âmbito do IPSJBV; em relação à Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 18/2025 pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 19 de março de 2025.



LUIZ PARAKI



NEI DA FARMÁCIA



RUI NOVA ONÇA



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em:

14/03/2025



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 326/2025/GAB/SG

Projeto de Lei nº 18/2025

São João da Boa Vista, 14 de março de 2025.

Ao

Exmo. Sr. Vereador

LUIS CARLOS DOMICIANO

Presidente da Câmara Municipal

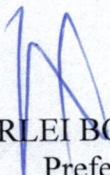
NESTA.

Assunto: **Projeto de Lei Complementar**

Senhor Presidente,

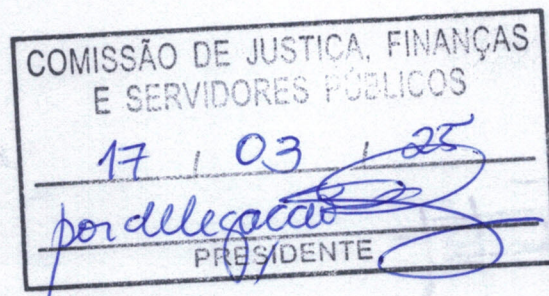
Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei Complementar, que altera o caput do Art. 10; acrescenta o inciso III ao Art. 3º; regulamenta o Controle Interno no âmbito do IPSJBV; em relação à Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017.

Renovamos os protestos de estima e consideração.


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

24/3/25
APROVADO EM
PRIMEIRA DISCUSSÃO

por delegação
PRESIDENTE





Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

nº 18/2025

“Altera o caput do Art. 10; acrescenta o inciso III ao Art. 3º; regulamenta o Controle Interno no âmbito do IPSJBV; em relação à Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017.”

Art. 1º - Fica alterado o caput do Art. 10, da Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - Será devida gratificação especial ao servidor efetivo designado para exercer as atribuições de Controle Interno no IPSJBV, correspondente ao valor fixo de R\$ 1.296,36 (um mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), reajustável conforme índices de reajustes concedidos aos servidores municipais.”
(NR)

Art. 2º - Acrescenta o inciso III ao Art. 3º da Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017, com a seguinte redação:

“Art. 3º - O IPSJBV tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos executivos:

a) Superintendência;

b) Diretoria Executiva: integrada pela Diretoria Administrativa-Financeira; Diretoria de Benefícios Previdenciários e Diretoria Jurídica;

II - Órgãos colegiados:

a) Conselho Administrativo;

b) Conselho Fiscal;

c) Comitê de Investimentos.

III - Controle Interno.” (NR)

Art. 3º - Fica criada a seção “DO CONTROLE INTERNO” na Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017, que passa a vigorar com as seguintes disposições:

“DO CONTROLE INTERNO

Art. 25-A - O Controle Interno será exercido por servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e estável, com formação de nível superior, o qual se reportará diretamente ao Conselho Administrativo.

§ 1º - O servidor relacionado no caput será indicado por livre escolha do Superintendente do IPSJBV.



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

§2º - Para os fins desta lei, considera-se:

I- Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

II- Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos, fatos contábeis e demais áreas relacionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais de regência.

Art. 25-B – A atuação do Controle Interno será prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos praticados, objetivando a avaliação da gestão do IPSJBV, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Art. 25-C – Dentro da estrutura funcional do IPSJBV, o Controle Interno estará lotado diretamente na Superintendência, tendo amplo acesso às demais áreas da autarquia previdenciária para consulta de documentos, processos, entre outros.

§ 1º - A lotação a que refere o caput não implicará em subordinação direta do Controle Interno para com o Superintendente, devendo sua atuação ser independente e autônoma dentro do IPSJBV.

§ 2º - São garantias do Controle Interno:

I - Independência profissional para o desempenho das atividades;

II - O acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno;

III - Conhecimento imediato de qualquer pedido do Ministério Público, Ministério da Previdência Social e Tribunal de Contas que envolvam denúncias ou ajustamento de conduta do IPSJBV e seus integrantes.

§3º - O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal.

§4º - Quando a documentação ou informação prevista no §2º, inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, o Controle Interno deverá empreender tratamento especial de acordo com o estabelecido pelo Superintendente.

§5º - O servidor responsável pelo Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações referentes ao §4º, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados



Município de São João da Boa Vista

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral

ao Conselho Administrativo e com vistas ao Superintendente, sob pena de responsabilidade.

Art. 25-D – Compete ao Controle Interno:

I – Controlar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as seguintes áreas:

- a) administrativa e financeira;*
- b) arrecadação;*
- c) atuarial;*
- d) compensação previdenciária;*
- e) investimentos;*
- f) jurídico;*
- g) benefícios;*
- h) tecnologia da informação.*

II - Recomendar a revisão e o aperfeiçoamento, quando necessário, das normas e procedimentos internos estabelecidos pela gestão;

III – Emitir relatórios de, no mínimo, periodicidade semestral que contemple o acompanhamento e ocorrências das áreas controladas tratadas no inciso I;

IV – Emitir demais relatórios em periodicidades exigidas pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Pró-Gestão RPPS);

V - Comunicar ao Tribunal de Contas, ao término da conclusão do relatório, ocorrências que importem em ofensa aos princípios instituídos no Art. 37 da Constituição Federal;

VI - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VII - Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VIII – Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, no IPSJBV, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;

IX - Verificar os atos de aposentadoria e pensão por morte para posterior registro no Tribunal de Contas;

X - Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de Controle Interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.

§ 1º - Uma vez avaliadas as áreas de controle, as conclusões serão anotadas em relatório próprio e, sem prejuízo da providência prevista no inciso V deste artigo, levado ao conhecimento do Conselho Administrativo do IPSJBV com cópia ao Superintendente, a quem caberá



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

determinar as providências e estipular o prazo para regularização, se for o caso.

§ 2º - É de responsabilidade do Controle Interno, após a determinação do Superintendente do IPSJBV, a que se refere o § 1º deste artigo, acompanhar as medidas e o prazo estipulado para correção da área competente.

§ 3º - O servidor ocupante de cargo efetivo designado para exercer o Controle Interno deverá ser capacitado continuamente.

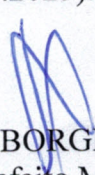
§ 4º - Todos os relatórios emitidos pelo Controle Interno deverão permanecer à disposição para consulta no site institucional do IPSJBV.

Art. 25-E - No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta lei, o Controle Interno poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes.”

Art. 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco (14.03.2025).


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



Município de São João da Boa Vista

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral

JUSTIFICATIVA:

Remetemos a esta Casa o presente Projeto de Lei Complementar, que altera o caput do Art. 10; acrescenta o inciso III ao Art. 3º; regulamenta o Controle Interno no âmbito do IPSJBV; em relação à Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017.

I - DA REGULAMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno desempenha papel vital na promoção da transparência, eficiência e responsabilidade dentro das instituições públicas. A criação (que se pretende) de artigos detalhados sobre suas atribuições, competências, responsabilidades e formas de atuação garantirá uma estrutura clara e objetiva, essencial para o bom funcionamento desse órgão.

Nos últimos anos, as demandas sobre o Controle Interno têm aumentado significativamente. Isso se deve ao crescimento das áreas de fiscalização e à complexidade crescente dos relatórios que precisam ser elaborados no segmento dos Regimes Próprios de Previdência Social, que envolvem áreas complexas – como a ciência atuarial.

A complexidade das matérias controladas, bem como o fato de que a Previdência Social é matéria sensível ao futuro da coletividade dos servidores públicos municipais, demandando maior atenção e fiscalização do que o rotineiro justifica-se não apenas a necessidade de regulamentação mais rígida, mas também o ajuste na gratificação para o exercício da função, reconhecendo o maior volume de trabalho e a complexidade das tarefas desempenhadas.

Perceba que a gratificação atual, de R\$ 460,03 (quatrocentos e sessenta reais e três centavos), é relativamente abaixo do esperado diante da complexidade da função desempenhada, da gama de conhecimentos técnicos exigidos nas mais diversas áreas de fiscalização, bem como pela responsabilidade social e profissional atribuída ao controlador.

Por outro lado, a gratificação que se pretende, R\$ 1.296,36 (um mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), além de representar valor razoável e não exorbitante, é o mesmo praticado por órgãos públicos de pequeno porte da municipalidade, a exemplo desta mesma D. Casa de Leis, dado que no âmbito da Câmara Municipal existem dois servidores ocupando a função gratificada de Controle Interno na mesma razão de R\$ 1.296,36 (um mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos) cada. Sendo assim, o valor pretendido é justo, econômico, razoável e isonômico entre os órgãos municipais.

Adiante, a regulamentação é necessária para assegurar maior autonomia e independência no desempenho das funções do Controle Interno. Sem essa autonomia, o órgão pode enfrentar dificuldades para realizar suas atividades de forma imparcial e efetiva, comprometendo sua capacidade de detectar e corrigir falhas dentro da administração.

Ademais, o funcionamento eficaz do Controle Interno é pilar indispensável para a manutenção da Certificação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Pró-Gestão RPPS), do Ministério da Previdência Social, que atesta boas práticas de gestão pública, fundamental para reafirmar o



Município de São João da Boa Vista

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral

compromisso da administração com a excelência e a melhoria contínua dos processos administrativos na gestão dos recursos previdenciários.

Portanto, estabelecer normas específicas que regulamentem o Controle Interno não só fortalece a governança pública, mas também contribui para a confiança da sociedade na administração e assegura a conformidade com os padrões nacionais de boas práticas de gestão, em conformidade com o Art. 74 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.


A exigência também é trazida pelo Art. 31 da Carta Magna:

Art. 31 - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

São essas as razões para apresentar o referido projeto de lei complementar, para apreciação e aprovação pelos nobres vereadores a fim de adequar a legislação previdenciária municipal ao estabelecido em instruções normativas, portarias e legislações federais, visando também o aprimoramento da gestão pública dos recursos previdenciários.

Certo de que os senhores vereadores dispensarão o melhor de seus propósitos à análise do presente Projeto de Lei Complementar, reitero meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco (14.03.2025).


VANDERLEI BORGES CARVALHO
Prefeito Municipal

ANEXO

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Declaro para os devidos fins de cumprimento da Lei nº 101/2000, que a despesa com reajuste salarial dos servidores sem direito à paridade, serão compatibilizadas com Plano Plurianual – PPA 2022-2025 e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, 2026 e 2027, terão dotação específica e suficiente estando, portanto, adequada com as Leis Orçamentárias Anuais – LOA 2025, 2026 e 2027.

São João da Boa Vista, 17 de fevereiro de 2025



Sérgio Venício Dragão
Superintendente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C371-0B70-578C-8D0F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **SERGIO VENICIO DRAGAO** (CPF 965.XXX.XXX-72) em 17/02/2025 11:23:41 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/C371-0B70-578C-8D0F>

Sergio Venicio Drago
Superintendente



DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO ART- 17 DA LEI 101/2000.

EXERCÍCIO 2025

1. Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro referente ao reajuste da gratificação paga ao Controle Interno do São João Prev

1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas:

Superávit Financeiro 2024	R\$	0,00
Receita Prevista para 2025 - Lei nº 5.333/2024	R\$	111.951.000,00
Disponibilidades Previstas para 2025	R\$	231.455.140,02

1.2. Custo Projetado com novas despesas:

Valor pago atualmente - Mensal	R\$	460,03
Novo valor proposto - Mensal	R\$	1.296,36
Adicional da gratificação do Controle Interno - Mensal	R\$	836,33
Adicional da Gratificação - março a dezembro / 2025	R\$	8.363,30
(=) Impacto de março a dezembro / 2025	R\$	8.363,30

Estimativa de Impacto Orçamentário	0,007%
Estimativa de Impacto Financeiro	0,004%

EXERCÍCIO 2026

1. Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro referente ao reajuste da gratificação paga ao Controle Interno do São João Prev

Índice de reajuste Boletim Focus: **4,36%**

1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas:

Superávit Financeiro 2025	R\$	0,00
Receita Prevista para 2026	R\$	111.951.000,00
Disponibilidades Previstas para 2026	R\$	231.455.140,02

1.2. Custo Projetado com novas despesas:

Adicional da gratificação do Controle Interno - Mensal	R\$	872,79
Adicional da Gratificação - janeiro a dezembro / 2026	R\$	10.473,53
(=) Impacto de janeiro a dezembro / 2026	R\$	10.473,53

Estimativa de Impacto Orçamentário	0,009%
Estimativa de Impacto Financeiro	0,005%



EXERCÍCIO 2027

1. Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro referente ao reajuste da gratificação paga ao Controle Interno do São João Prev Índice de reajuste **4,00%**
Boletim Focus:

1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas:

Superávit Financeiro 2026	R\$	0,00
Receita Prevista para 2027	R\$	111.951.000,00
Disponibilidades Previstas para 2027	R\$	231.455.140,02

1.2. Custo Projetado com novas despesas:

Adicional da gratificação do Controle Interno - Mensal	R\$	907,71
Adicional da Gratificação - janeiro a dezembro / 2027	R\$	10.892,47
(=) Impacto de janeiro a dezembro / 2027	R\$	10.892,47

Estimativa de Impacto Orçamentário	0,010%
Estimativa de Impacto Financeiro	0,005%

** Custo Projetado 2026/2027 – 4,36% / 4,00%

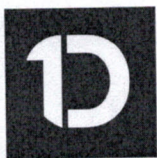
Fonte: Banco Central do Brasil - Boletim Focus (17/02/2025)

São João da Boa Vista, 17 de fevereiro de 2025

Edilaine Aparecida Trindade
Contadora

Sérgio Venício Dragão
Superintendente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 465F-A597-584C-EB35

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **SERGIO VENICIO DRAGAO** (CPF 965.XXX.XXX-72) em 17/02/2025 11:26:35 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ **EDILAINE APARECIDA TRINDADE** (CPF 154.XXX.XXX-08) em 17/02/2025 13:19:23 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/465F-A597-584C-EB35>